TC 018.033/2018-0
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor dos ex-prefeitos do Município de Santa Luzia/MA, Senhores Veronildo Tavares dos Santos (gestões: 2005-2008 e 2013-2016), Ilzemar Oliveira Dutra (gestão: 1/2009 a 9/2009) e Márcio Leandro Antezana Rodrigues (gestão: 9/2009 a 12/2012), em razão da inexecução parcial do Contrato de Repasse 233.328-63/2007 (peça 2, p. 60-66), celebrado com o Ministério das Cidades, tendo por objeto a transferência de recursos financeiros da União para a produção habitacional, execução de infraestrutura urbana e regularização fundiária no município, que vigeu até 30/9/2017 (peça 22, p. 1-2).

2. Em relação a cada um dos responsáveis, a instrução, ao analisar as alegações defesas apresentadas, conclui que:

a) Ao Senhor Ilzemar Oliveira Dutra (gestão: 1/2009 a 9/2009), não deve ser imputado qualquer débito (nem chegou a ser citado), pois em sua curta gestão apenas foram iniciadas as obras da creche (peça 22, p. 12), e foram concluídas e pagas 70 casas (peça 04, p. 06). Não há qualquer proposta de encaminhamento em relação a este responsável.

b) Ao Senhor Márcio Leandro Antezana Rodrigues (gestão 9/2009 a 12/2012), aplicar-lhe os efeitos da revelia em relação à não continuidade (abandono) e não conclusão da construção, embora houvesse tido tempo e recursos para fazê-lo, de 125 das 207 unidades habitacionais previstas, de 12 unidades habitacionais inabitáveis (prejuízo de R\$ 156.000,00, em 14/07/2011) e de uma creche (além da degradação da parte já construída desta última, com prejuízo de R\$ 107.511,35, em 14/07/2011). Além dessas, houve o pagamento de uma obra não executada, o reservatório de água, no valor de R\$ 225.158,29, em 17/9/2011, caracterizando desvio de recursos.

c) Ao Senhor Veronildo Tavares dos Santos (gestões 2005/2008 e 2013/2016), não acolher suas alegações de defesa em relação à não continuidade (abandono) e não conclusão da construção, embora houvesse tido tempo e recursos para fazê-lo, de 125 das 207 unidades habitacionais previstas, de 12 unidades habitacionais inabitáveis (prejuízo de R\$ 156.000,00, em 14/07/2011) e de uma creche (além da degradação da parte já construída desta última, com prejuízo de R\$ 107.511,35, em 14/07/2011 – peça 22, p. 18).

d) À empresa Consuplan Consultoria e Planejamento Ltda. (CNPJ 01.943.184/0001-96), aplicar-lhe a revelia em relação ao recebimento de R\$ R\$ 225.158,29, em 17/9/2011, por obra não executada do reservatório de água, caracterizando desvio de recursos (peça 4, p. 15).

3. Desde logo, esta representante do Ministério Público de Contas, data vênia, manifesta-se em desacordo com as análises da unidade técnica em relação à responsabilização do Senhor Ilzemar Oliveira Dutra, sem prejuízo de também se manifestar quanto à alegada prescrição do débito, aos débitos imputados, e quanto ao correto enquadramento das irregularidades cometidas pelo Senhor Márcio Leandro Antezana Rodrigues e pela empresa Consuplan.

4. Sobre este aspecto, a instrução encaminhou proposta de julgamento pela irregularidade das contas dos responsáveis, enquadrando-os todos na alínea “c”, do inciso III, do art. 16 da Lei n.º 8.443/92, isto é, por “*dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ao antieconômico*” (peça 22, p. 21).

5. Embora todos tenham incorrido nessa conduta, não se pode olvidar que os atos perpetrados pelo Senhor Márcio Leandro Antezana Rodrigues e pela empresa Consuplan Consultoria e Planejamento Ltda também se configuram desvio de recursos, com possibilidade de repercussões diversas, inclusive nas

esferas penal e civil, por se caracterizarem atos dolosos, enquadráveis na alínea “d” do mesmo inciso III, do art. 16 da Lei n.º 8.443/92.

6. No mesmo sentido desse desvio de recurso, pode-se verificar que o Senhor Ilzemar Oliveira Dutra efetuou pagamento referente a setenta casas concluídas (peça 4, p. 6, item 18.4). No entanto, na Manifestação de Engenharia da Caixa, de 29/11/2013 (peça 3, p. 8-11 citado na peça 4, p. 4, item 16.1), verificou-se que foram entregues apenas 60 casas completas.

7. Daí se pode concluir que, já em 2009, quando do primeiro pagamento, havia um débito equivalente a 10 casas, cerca de R\$ 130.000,00, referentes a setembro de 2009, sob a responsabilidade desse gestor.

8. Vale ressaltar que, embora tal fato, a princípio, ensejasse a citação do Senhor Ilzemar Oliveira Dutra, transcorridos mais de 10 anos da sua ocorrência, há de se ponderar a existência de óbice procedimental, nos termos do art. 19 c/c art. 6.º, inciso II, ambos da IN-TCU 71/2012, e de prejuízo ao exercício da ampla defesa e do contraditório ao responsável, de modo a macular os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, razão pela qual se propõe sua exclusão da relação processual (Acórdão n.º 3.778/2018-TCU-2,ª Câmara, Relator Min. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO; Acórdão n.º 1.016/2018-TCU-1.ª Câmara, Relator Min. AUGUSTO SHERMAN; Acórdão n.º 461/2017-TCU-1.ª Câmara, Relator Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES).

9. Da relação das casas não concluídas pelo Senhor Márcio Leandro Antezana Rodrigues nem pelo Senhor Veronildo Tavares dos Santos (peça 22, p. 4), seis dessas unidades já faziam parte da lista cujo pagamento indevido deveria ter sido atribuído ao Senhor Ilzemar Oliveira Dutra (peça 4, p. 5, parágrafo 18.3, item 08, 23, 91, 123, 134 e 166), razão pela qual deve-se excluir o valor referente a estas unidades (R\$ 78.000,00) dos débitos àqueles imputados (R\$ 156.000,00), reduzindo-se o débito para R\$ 78.000,00 (valor histórico).

10. Relativamente à alegação do responsável sobre a ocorrência de prescrição, a Unidade Técnica defende, quanto ao débito, em suma, que deva ser aplicada a jurisprudência atual do Tribunal, consolidada na Súmula 282/TCU, no sentido de que as ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de danos ao erário são imprescritíveis, haja vista o disposto no art. 37, § 5.º, da Constituição Federal, e, no que tange à aplicação de sanções, deva ser observado o incidente de uniformização de jurisprudência apreciado pelo Acórdão n.º 1.441/2016-Plenário, que adotou o prazo geral de prescrição indicado no art. 205 do Código Civil (peça 22, p. 16).

11. Ocorre, contudo, que a matéria foi objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 636.886 (tema 899). A decisão do julgamento foi publicada em 20/4/2020, enunciando-se a tese de que *“é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas”*.

12. Diante deste novo cenário, deve ser analisada a arguição de prescrição suscitada pelos responsáveis em sua defesa, levando-se em conta o recente pronunciamento do STF, com o fim de verificar a aplicação, à hipótese dos autos, do novo entendimento firmado sobre o sentido e alcance do art. 37, § 5.º, da Constituição.

Prescritibilidade da pretensão reparatória fundada em decisão do Tribunal de Contas

13. Como mencionado, a matéria foi objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 636.886 (tema 899). Por ocasião do julgamento do RE, foi fixado o entendimento de que *“é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas”*.

14. Para melhor compreensão do alcance dessa tese, cumpre transcrever trecho do voto condutor daquele julgamento, da lavra do Ministro Relator Alexandre de Moraes:

“Em conclusão, nos termos das fundamentações e decisões Plenárias do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, somente são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática

de ato de improbidade administrativa doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa Lei 8.429/1992 (TEMA 897). Em relação a todos os demais atos ilícitos, inclusive àqueles atentatórios à probidade da administração não dolosos e aos anteriores à edição da Lei 8.429/1992, aplica-se o TEMA 666, sendo prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública.

Entendo que, as razões que levaram a maioria da CORTE a estabelecer excepcional hipótese de imprescritibilidade, no tema 897, não estão presentes em relação as decisões do Tribunal de Contas que resultem imputação de débito ou multa, e, que, nos termos do §3º, do artigo 71 da CF, tem eficácia de título executivo; sendo, portanto, prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada nessas decisões; uma vez que, (a) a Corte de Contas, em momento algum, analisa a existência ou não de ato doloso de improbidade administrativa; (b) não há decisão judicial caracterizando a existência de ato ilícito doloso, inexistindo contraditório e ampla defesa plenos, pois não é possível ao imputado defender-se no sentido da ausência de elemento subjetivo.

Ressalte-se, ainda, que, com base nas decisões do Tribunal de Contas, paralelamente à ação de execução, será possível o ajuizamento de ação civil de improbidade administrativa para, garantido o devido processo legal, ampla defesa e contraditório, eventualmente, condenar-se o imputado, inclusive a ressarcimento ao erário, que, nos termos da tese fixada no TEMA 897, será imprescritível.”

15. Não resta dúvida, portanto, que o STF sedimentou o entendimento de que são prescritíveis as pretensões de ressarcimento fundadas em decisões do TCU, excepcionando apenas aquelas ações que configurem atos de improbidade administrativa dolosos tipificados na Lei n.º 8.429/92.

Prescritibilidade das pretensões ressarcitória e executória

16. Embora a controvérsia dirimida no RE 636.886 tenha sido circunscrita à prescrição ocorrida no curso da execução, quando o dano ao erário já havia sido objeto de acerto, materializado em acórdão condenatório proferido pelo TCU, é necessário considerar as razões essenciais da decisão, para identificar seus reflexos também no que diz respeito à prescrição condenatória.

17. Observa-se que, para resolver a lide, o STF concluiu que a ressalva constante da parte final do art. 37, § 5.º, da Constituição Federal (“ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”) não criou uma hipótese de imprescritibilidade apta a alcançar as decisões dos Tribunais de Contas. É o que se depreende do seguinte trecho do Voto do Ministro Alexandre de Moraes:

“A ressalva que permaneceu no § 5º do art. 37 da CF (ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento), mesmo após a retirada da expressão QUE SERÃO IMPRESCRITÍVEIS [expressão excluída por emenda do Plenário quando da apresentação do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização], teve por finalidade evitar, principalmente, uma anomia em relação à possibilidade de ressarcimento ao erário em face de responsabilização pela prática de eventuais atos ilícitos, enquanto ainda não tipificados pela lei exigida no § 4º do art. 37 da CF como atos de improbidade administrativa.

A ressalva prevista no § 5º do art. 37 da CF não pretendeu estabelecer uma exceção implícita de imprescritibilidade, mas obrigar constitucionalmente a recepção das normas legais definidoras dos instrumentos processuais e dos prazos prescricionais para as ações de ressarcimento do erário, inclusive referentes a condutas ímprobos, mesmo antes da tipificação legal de elementares do denominado ato de improbidade (Decreto 20.910/1932, Lei 3.164/1957, Lei 3.502/1958, Lei 4.717/1965, Lei 7.347/1985, Decreto-Lei 2.300/1986); mantendo, dessa maneira, até a edição da futura lei e para todos os atos pretéritos, a ampla possibilidade de ajuizamentos de ações de ressarcimento.”

18. Ocorre que, no curso do processo perante o TCU, a proteção do art. 37, § 5.º, da CF, era a fonte utilizada na defesa da imprescritibilidade tanto na fase condenatória como no curso da execução dos títulos extrajudiciais consubstanciados nos seus acórdãos.

19. Nesse diapasão, é forçoso concluir que também é prescritível a pretensão de ressarcimento exercida pelo TCU com o fim de apurar a ocorrência de prejuízo ao erário e condenar o agente que lhe deu causa. Essa conclusão resulta das razões de decidir utilizadas no aludido precedente da Corte Suprema, que delimitaram o sentido e o alcance da ressalva contida no art. 37, § 5.º, da Constituição Federal.

Regras prescricionais aplicáveis

20. Na situação específica do RE 636.886, que tratou da prescrição da pretensão ressarcitória na fase de execução de julgado do TCU, o STF aplicou as regras de prescrição contidas na Lei de Execução Fiscal (conjugada com os dispositivos pertinentes do Código Tributário Nacional).

21. As regras da Lei de Execução Fiscal, no entanto, não se prestam a disciplinar a prescrição da pretensão reparatória do TCU na fase anterior à formação do respectivo título executivo extrajudicial consubstanciado em seu acórdão condenatório.

22. Ocorre que não há norma legal específica que discipline a prescrição no processo de controle externo, o que faz necessária a utilização da analogia para suprir essa lacuna, buscando-se um sistema normativo já existente que seja mais compatível com as atividades de identificação de dano e de imputação de responsabilidades levadas a efeito pelo TCU.

23. Aqui defendemos que deva ser aplicado o mesmo marco normativo prescricional tanto para a pretensão punitiva do Tribunal quanto para a sua pretensão de ressarcimento do dano ao erário. Isso se justifica na medida em que o instituto da prescrição busca indicar se ainda é possível ao tribunal de contas exercer a apuração e julgamento dos fatos, independentemente do desfecho do processo (imputação de débito ou aplicação de sanções). Ademais, a fixação de um prazo prescricional também objetiva não comprometer a possibilidade de defesa do responsável. E sua defesa normalmente se refere aos fatos que lhe são atribuídos, independentemente se, após a apuração, as consequências da responsabilidade se situem no âmbito do ressarcimento ou da sanção.

24. Cabe pontuar que houve ampla discussão acerca da prescrição da pretensão punitiva no Tribunal, que culminou com a adoção do prazo de dez anos do Código Civil (Acórdão n.º 1.441/2016 – Plenário), em detrimento do regime de prescrição quinquenal da Lei n.º 9.873/1999, o qual então nos parecia mais adequado, conforme expusemos detalhadamente em manifestação exarada nos autos do TC 020.635/2004-9.

25. Naquela oportunidade, já não vislumbrávamos fundamentos jurídicos sólidos para a adoção do Código Civil como referencial analógico a ser utilizado pelo Tribunal de Contas da União em matéria de prescrição, senão apenas uma aparente escolha conservadora pelo prazo mais dilatado para o exercício da jurisdição de Controle Externo.

26. Parecia-nos que a opção pelo prazo prescricional quinquenal previsto na Lei n.º 9.873/1999 era a mais consentânea com o Controle Externo, por dispor expressamente sobre o exercício da ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, como também por prever o lustro como o prazo para o perecimento do direito de agir da Administração Pública.

27. Com efeito, embora o controle externo não seja exercido com respaldo no poder de polícia mencionado no art. 1.º do diploma legal *supra*, a atuação punitiva de ambos apresenta mais similaridades do que diferenças, autorizando o uso da analogia. Uma das semelhanças é a inexistência de partes em ambos os processos administrativos, tanto o punitivo derivado do poder de polícia quanto aquele exercido pelo TCU, nos quais, também, o órgão estatal exerce independentemente de provocação de outrem o direito de perseguir e de punir (*jus persequendi* e *jus puniendi*), aproximando as duas esferas de atuação sobremaneira.

28. Ademais, observávamos que a Lei n.º 9.873/1999 disciplinava a prescrição em sua integralidade, estabelecendo um prazo geral de 5 anos, incidente sobre todo e qualquer fato que enseje a pretensão punitiva da União, havendo disposições sobre termo inicial de contagem do prazo, interrupção e suspensão, o que tornava desnecessário lançar mão de outros marcos normativos para suprir novas lacunas.

29. De fato, a previsão da prescrição intercorrente se afigura medida harmônica com o exercício do Controle Externo, como forma de evitar que a inércia e morosidade do Poder Público se estendam indefinidamente, constituindo importante instrumento de segurança jurídica e de estabilidade das relações jurídicas, que recomendava a integração analógica por meio da Lei n.º 9.873/1999.

30. De todo modo, o Tribunal perfilhou entendimento diverso, tendo uniformizado sua jurisprudência quanto à prescrição da pretensão punitiva com a adoção do prazo decenal geral do Código Civil (Acórdão 1.441/2016 – Plenário).

31. No entanto, entendemos que, com o recente reconhecimento da prescritibilidade do débito pelo STF, faz-se necessário revisitar toda a matéria.

32. Em situações que versavam sobre sanções aplicadas pelo TCU, a prescrição foi discutida pelo STF em julgamentos posteriores ao Acórdão n.º 1.441/2016-TCU-Plenário. Houve decisões colegiadas de ambas as turmas do STF no sentido de que a pretensão punitiva no processo de controle externo é regida pela Lei 9.873/1999 (1.ª Turma: MS 32.201, DJe-173, 4/8/2017; 2.ª Turma: MS 35.512-AgR, DJe-135, 19/6/2019 e MS 36.067, DJe-234, 28/10/2019).

33. A matéria foi objeto de detalhada análise no MS 32.201. Nesse julgamento, após examinar os fundamentos do Acórdão n.º 1441/2016-Plenário, o STF manifestou-se em sentido diverso, nos termos da seguinte ementa:

“Direito administrativo. Mandado de segurança. Multas aplicadas pelo TCU. Prescrição da pretensão punitiva. Exame de legalidade.

A prescrição da pretensão punitiva do TCU é regulada integralmente pela Lei nº 9.873/1999, seja em razão da interpretação correta e da aplicação direta desta lei, seja por analogia. (...)”

34. O critério utilizado pelo STF no exame da prescrição punitiva pode ter aplicação mais ampla, para ser utilizado como fonte de integração também no que diz respeito à pretensão reparatória, até que haja a edição de norma específica.

35. Cabe destacar que o prazo de cinco anos fixado na Lei n.º 9.873/1999 é compatível com a diretriz de que a ação e a execução prescrevem no mesmo prazo (Súmula 150 do STF), e o prazo quinquenal foi adotado pelo STF para a execução do acórdão condenatório do TCU (RE 636.886).

36. Ressalte-se, ainda, que, na ausência de norma em contrário, o princípio da simetria orienta que o Poder Público tenha, para agir, o mesmo prazo que a lei estabelece para a pretensão inversa, ou seja, para quando o Estado é demandado, sendo certo que a pretensão de ressarcimento exercida pelo particular contra o Estado observa o prazo quinquenal fixado pelo Decreto 20.910/1932.

37. Além disso, a Lei n.º 9.873/1999 apresenta hipóteses detalhadas quanto aos outros aspectos da regulação da prescrição (termo inicial e causas interruptivas), compatíveis com as peculiaridades do processo de controle externo como um todo (e não apenas quando tal processo se destina à aplicação de sanções).

38. Por fim, cumpre transcrever trecho do Voto do Ministro Gilmar Mendes no julgamento do RE 636.886, em que justifica a adoção supletiva do art. 1.º da Lei n.º 9873/99 para o deslinde da questão:

“Considerando que a atividade de controle externo, a cargo do Poder Legislativo e auxiliado pelo Tribunal de Contas, é exercida, mutatis mutandis, como poder de polícia administrativa lato sensu, cujo objeto é agir preventiva ou repressivamente em face da ocorrência de ilícito que possa causar ou cause prejuízo ao erário, entendendo aplicável o prazo quinquenal punitivo para os casos de ressarcimento aos cofres públicos, salvo em se tratando de fato que também constitua crime, ocasião em que a prescrição rege-se pelo prazo previsto na lei penal. Até porque, como garantia fundamental do cidadão fiscalizado, conforme visto, é etapa obrigatória a efetivação do contraditório e da ampla defesa no processo de tomada de contas para que, após o regular processo administrativo, culmine-se com o título executivo extrajudicial que enseje a cobrança judicial visando ao ressarcimento ao erário”.

39. Isto posto, até que sobrevenha norma específica, entendemos que a adoção do regime previsto na Lei n.º 9.873/1999 apresenta-se como solução adequada para regular a prescrição para a atuação do

Tribunal, tanto por observar os parâmetros que preponderam no conjunto de normas do direito público, como por ser, também, a norma que já vem sendo utilizada pelo STF para reger a limitação temporal ao poder sancionador do TCU.

Exame da prescrição no caso concreto

40. Quanto ao prazo, a Lei n.º 9.873/1999 apresenta um prazo geral, de cinco anos (art. 1.º, *caput*), e um prazo especial, previsto no art. 1.º, § 2.º, a saber: “quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal”. Com relação a essa particular hipótese, registre-se o entendimento do STJ no sentido de que a pretensão punitiva da Administração Pública em relação a infração administrativa que também configura crime em tese somente se sujeita ao prazo prescricional criminal quando instaurada a respectiva ação penal (REsp 1116477/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 22/08/2012). Como não há notícia nos autos sobre a instauração de ação penal que verse sobre os fatos objeto desta TCE, cumpre-nos adotar o prazo geral quinquenal para a análise da prescrição no caso concreto.

41. No que toca ao termo inicial do prazo, deve ser considerada a data da prática de cada infração, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 9873/99.

42. O Contrato de Repasse 233.328-63 teve sua vigência no período de 28/12/2007 a 30/09/2017 e previa sua prestação de contas até 30/11/2017, conforme cláusula XII do termo de convênio, alterada *ex officio* em 02/12/2016 (peça 3, p. 94).

43. Como os ilícitos inicialmente identificados foram verificadas nos pagamentos realizados, entendemos que o termo inicial do prazo prescricional para o Sr. Marcio Leandro deve ser fixado conforme os pagamentos realizados (14/07/2011).

44. Para o Sr. Veronildo Tavares dos Santos Tavares o prazo inicial seria a data do final do mandato (31/12/2016) em razão de o seu ilícito ter sido a descontinuidade e inexecução das obras.

45. Sob o regime da Lei n.º 9.873/1999, a prescrição se interrompe “*por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato*” (art. 2.º, II).

46. Sob esse fundamento, houve interrupção da prescrição em 21/03/2011, com o Relatório de Acompanhamento de Engenharia da Caixa Econômica (RAE), que iniciou a apuração dos fatos relativamente aos objetos pagos e não concluídos ou não executados, registrando unidades entregues faltando alguns serviços contratados e paralisação das obras há bastante tempo (peça 4, p. 6).

47. Sob o mesmo fundamento, houve interrupção da prescrição em 29/11/2013, pela Manifestação de Engenharia (peça 3, p. 8) e em 06/12/2013, com outro RAE que apurou a paralisação das obras (peça 4, p. 2).

48. Cabe destacar, por oportuno, que, em se tratando de devedores solidários, a interrupção da prescrição feita a um prejudica aos demais. Incide, nesse caso, regra própria da teoria geral das obrigações, segundo a qual “*a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais*” (art. 204, § 1.º, do Código Civil), repercutindo as prescrições para todos os responsáveis envolvidos nos respectivos ilícitos.

49. Ainda no regime da Lei n.º 9.873/1999, a prescrição também se interrompe “*pela notificação ou citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital*” (art. 2.º, I). E, no regime dessa lei, a interrupção se dá pela notificação ou citação propriamente dita, e não pelo despacho que a ordena.

50. Com esse fundamento, houve a interrupção em 07/08/2014, data em que o responsável Veronildo Tavares dos Santos Tavares foi notificado sobre a inexecução parcial das obras (peça 2, p. 9).

51. Em 20/07/2015, foi notificado o Sr. Marcio Leandro (peça 2, p. 15), e em 27/07/2015, o Sr. Veronildo Tavares dos Santos Tavares (peça 2, p. 13/14), pelos seus respectivos ilícitos.

52. Finalmente, já no âmbito do TCU, a primeira citação de responsável ocorreu em 28/12/2018, quando fora citada a empresa Consuplan, solidária pelos débitos, interrompendo mais uma vez a prescrição contra a Administração (peça 11).

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete da Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

53. Feito esse breve retrospecto, entendemos que no caso sob exame não houve decurso de prazo prescricional que possa inviabilizar o julgamento desta TCE pelo Tribunal, nos termos da Lei n.º 9.873/1999.

54. Feitas estas considerações, esta representante do Ministério Público de Contas da União, propõe a exclusão de Ilzemar Oliveira Dutra da relação processual por falta dos pressupostos de constituição e validade processual, a correção do valor do débito solidário de Márcio Leandro Antezana Rodrigues e de Veronildo Tavares dos Santos, de R\$ 156.000,00 para R\$ 78.000,00 (referentes a 14/07/2011), a inclusão da alínea “d”, do inciso III, do art. 16 da Lei n.º 8.443/92 no enquadramento das condenações dos responsáveis Márcio Leandro Antezana Rodrigues e da empresa Consuplan Consultoria e Planejamento Ltda., e o encaminhamento ao Ministério Público Federal do respectivo Acórdão final, para a adoção das providências legais pertinentes.

Ministério Público de Contas, 13 de novembro de 2020.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral